

PAULO R. M. THOMPSON FLORES

Advogado Sênior da Advocacia Thompson Flores
Professor Titular de Direito Civil URCAMP e UNICEUB
Secretário de Educação Superior do MEC
Especialista em Docência do Ensino Superior e Metodologia do Ensino Jurídico
Membro da Comissão de Educação Jurídica do Conselho Federal da OAB

DIREITO CIVIL

PARTE GERAL

DAS PESSOAS, DOS BENS E DOS FATOS JURÍDICOS

2ª edição



Brasília
2017

2ª edição - 2017

© Gazeta Jurídica Editora e Livraria Ltda ME

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Flores, Paulo R. M. Thompson

Direito civil parte geral : das pessoas, dos bens e dos fatos jurídicos / Paulo R. M. Thompson Flores. -- 2. ed. -- Brasília, DF : Gazeta Jurídica, 2017.

Bibliografia.

ISBN: 978-85-67426-49-5

1. Bens 2. Direito civil 3. Fatos jurídicos 4. Negócios jurídicos 5. Pessoas (Direito) 6. Processo civil I. Título.

17-05499

CDU-347

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito civil 347

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer forma ou meio, inclusive eletrônico. Sanções previstas nos artigos 102 e 104 da Lei dos Direitos Autorais - Lei 9610, de 19 de fevereiro de 1998 e no artigo 184 do Código Penal - Decreto-Lei 2848, de 7 dezembro de 1940.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS PELA

GAZETA JURÍDICA EDITORA E LIVRARIA LTDA ME

SCLS 111, Bloco C, Loja 22, Asa Sul
Brasília - DF - CEP: 70374-530

Diretora: ADRIANA BELTRAME

Presidente do Conselho Editorial: PETRONIO CALMON

IMPRESSO NO BRASIL / printed in Brazil

110 4 32



Sumário

Título I

INTRODUÇÃO AO DIREITO CIVIL 1

Capítulo primeiro

O direito e suas divisões 3

1. Breves linhas sobre o conceito de direito 3
2. A interpretação do direito e a integração das normas 7
 - 2.1 A compreensão do fenômeno jurídico 10
 - 2.2 Noções de sistema jurídico 13
3. Direito e moral 17
4. Direito subjetivo e direito objetivo 20
5. Direito público e direito privado 25

Capítulo segundo

Evolução do conceito de direito civil..... 35

1. Abrangência do conceito de direito civil e sua evolução histórica .. 35
 - 1.1 O legado do direito romano e sua recepção no direito moderno 37
 - 1.2 O processo de especialização 43
 - 1.3 A crítica à ideia de codificação 48
 - 1.4 O direito civil no século XXI 52
 - 1.5 Direito Civil Constitucional..... 60

2. O Direito Civil brasileiro	62
2.1 Do período colonial até o Código Civil de Bevilacqua	62
2.2 Código Civil de 1916	68
2.3 A discussão sobre a necessidade de um novo código e o processo de sua elaboração.....	72
2.4 Do Anteprojeto de 1972 ao Código de 2002.....	73
3. O Código Civil de 2002.....	75
3.1 Princípios condutores	76
3.2 A questão da parte geral	81
3.3 Estrutura e conteúdo do Código	83
3.4 Críticas, defesa e conclusão	86

Capítulo terceiro

A lei de introdução às normas do direito brasileiro	93
1. Denominação e conteúdo.....	93
2. A lei como fonte imediata do direito.....	95
2.1 Conceito.....	96
2.2 Características	97
2.3 Classificação	99
2.3.1 Quanto à hierarquia.....	99
2.3.2 Quanto à amplitude territorial.....	103
2.3.3 Quanto à cogência	104
2.3.4 Quanto à natureza	105
2.3.5 Quanto à intensidade da sanção.....	107
2.3.6 Quanto à natureza do comando.....	108
2.3.7 Quanto ao sistema a que pertencem	109
2.3.8 Quanto à flexibilidade.....	110
2.4 Outras fontes	110
2.4.1 Costume.....	111
2.4.2 Jurisprudência	112
2.4.3 Princípios gerais de direito.....	114

2.4.4 Doutrina	115
2.4.5 Equidade.....	116
2.4.6 Analogia.....	118
2.4.7 Direito comparado	119
2.4.8 Teoria do ato jurídico como fonte primordial	120
2.4.9 A pluralidade das fontes: teoria do diálogo das fontes...	121
3. Vigência da lei.....	122
3.1 Início da vigência.....	122
3.2 Cessação da vigência.....	124
3.2.1 Leis de vigência temporária	125
3.2.2 Revogação	125
4. Obrigatoriedade da lei.....	129
5. Interpretação da lei e sua aplicação.....	132
5.1 Conceito de interpretação.....	134
5.1.1 Espécies de interpretação	137
5.1.2 Interpretação e integração.....	151
6. Eficácia da lei no tempo	154
6.1 Direito intertemporal	154
6.2 Princípio da irretroatividade das leis.....	157
6.3 Teorias relativas ao efeito retroativo.....	160
6.4 Aplicações do direito intertemporal.....	161
7. Eficácia da lei no espaço	167
7.1 A questão da extraterritorialidade.....	168
7.2 Evolução histórica	168
7.3 Princípio do domicílio e da nacionalidade	169
7.4 Aplicação no direito brasileiro	170

Título II**DAS PESSOAS 175****Capítulo quarto****Pessoa e personalidade 177**

1. O princípio da dignidade da pessoa humana 177
2. Pessoa, personalidade, sujeito de direito, capacidade 179
 - 2.1 Todo o ser humano é pessoa 182
 - 2.2 Só o ser humano é pessoa 185
 - 2.3 Princípios fundamentais da personalidade 188
 - 2.4 Sujeito de direito 193
 - 2.5 Capacidade de direito e capacidade de fato 194
 - 2.6 Capacidade e legitimação 196
3. Início da personalidade 198
 - 3.1 As teorias concepcionistas, natalistas e da personalidade condicional 200
 - 3.2 A questão do início da vida 208
 - 3.3 A posição do Código Civil brasileiro 210
 - 3.4 O nascimento com vida 212
 - 3.5 A situação jurídica do nascituro 216
 - 3.6 A dignidade da pessoa humana e a proteção da vida embrionária 225
4. Fim da personalidade 228
 - 4.1 Conceito de morte 228
 - 4.2 A morte presumida 228
 - 4.2.1 Natureza da presunção 229
 - 4.2.2 A morte presumida do art. 7º do Código Civil 230
 - 4.3 A ausência 232
 - 4.3.1 Conceito 232
 - 4.3.2 Fases do processo de ausência 234

4.3.2.1 Curadoria dos bens do ausente	235
4.3.2.2 Sucessão provisória	239
4.3.2.3 Sucessão definitiva e presunção de morte	244
4.4 Comoriência.....	246

Capítulo quinto

Dos direitos da personalidade..... 251

1. A dignidade da pessoa humana como valor fundamental.....	251
2. Conceito.....	252
3. Natureza.....	257
4. Características	260
5. Proteção aos direitos da personalidade	264
6. Classificação dos direitos da personalidade.....	267
6.1 Direito à integridade física	268
6.1.1 O direito à vida	269
6.1.2 A inviolabilidade do corpo e os atos de disposição do próprio corpo	270
6.1.2.1 A questão do tratamento médico de risco	273
6.1.2.2 A disposição do corpo <i>post mortem</i> por ato próprio ou de terceiro	275
6.2 Direito à integridade moral	276
6.2.1 O direito ao nome	277
6.2.2 O direito à imagem.....	278
6.2.3 O direito à privacidade	283
6.2.4 O direito à honra	285
6.2.5 O direito à liberdade	286
6.3 Direito à integridade intelectual.....	289
6.3.1 O direito de autor	290
6.4 Outros direitos da personalidade	292
7. A pessoa jurídica e os direitos da personalidade	293

Capítulo sexto

Das incapacidades.....	295
1. Capacidade de direito e capacidade de fato	295
2. Capacidade e legitimação	297
3. Princípios básicos relativos à capacidade e incapacidade	298
4. Graus de incapacidade.....	299
4.1 A incapacidade no Código de 16.....	300
4.2 A incapacidade no Código de 2002.....	301
4.3 Alterações introduzidas pela Lei nº 13.146/15 (Estatuto das Pessoas com Deficiência).....	302
4.4 Distinção entre incapacidade absoluta e incapacidade relativa	304
5. Os absolutamente incapazes	305
6. Os relativamente incapazes	306
6.1 Os menores entre 16 e 18 anos	307
6.2 Ébrios habituais e os viciados em tóxicos	307
6.3 Os que por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.....	308
6.4 Os pródigos	308
7. Interdição por incapacidade ou deficiência.....	311
8. Evolução comparativa ao Código de 16	314
9. Cessação da incapacidade.....	316
9.1 Cessação da incapacidade para os menores	316
9.1.1 Emancipação por ato voluntário ou judicial.....	317
9.1.2 Pelo casamento	318
9.1.3 Emprego público efetivo	319
9.1.4 Colação de grau em curso de ensino superior	319
9.1.5 Estabelecimento civil ou comercial ou relação de emprego com economia própria.....	320

Capítulo sétimo

Do estado das pessoas	321
1. Conceito	321
2. Tipos de estado	322
2.1 Estado político	322
2.2 Estado familiar	323
2.3 Estado individual	325
3. O estado pessoal como elemento individualizador e delimitador da abrangência dos direitos que podemos adquirir ou exercer	326
4. Caracteres do estado	327
5. Ações de estado	328

Capítulo oitavo

Do registro civil das pessoas naturais	331
1. Conceito.....	331
2. Histórico	332
3. Finalidade.....	334
4. Atos de registro	335
5. Características dos atos de registro	337

Capítulo nono **339**

Do nome das pessoas	339
1. Conceito e finalidade	339
2. Natureza jurídica	340
3. Composição do nome.....	342

4. Imutabilidade do nome e possibilidades de alteração ou mudança de nome	344
4.1 Alteração do nome por determinação ou permissão legal ..	344
4.2 Alteração por acréscimo de apelido	345
4.3 Alteração de prenome que expõe o titular ao ridículo	346
4.4 Outras hipóteses	346
5. Proteção ao direito ao nome	348

Capítulo dez

Do domicílio	351
1. Conceito e finalidade.....	351
2. Constituição do domicílio.....	353
3. Espécies de domicílio	356
3.1 Domicílio voluntário	356
3.2 Domicílio necessário	356
3.3 Domicílio de ficção.....	357
3.4 Domicílio geral.....	358
3.5 Domicílio profissional	358
3.6 Domicílio de eleição	359
4. Pluralidade de domicílio.....	361
5. Domicílio da pessoa jurídica.....	362

Capítulo onze

Das pessoas jurídicas.....	365
1. Origem sociológica.....	365
2. Conceito.....	366
2.1 Princípios fundamentais	369
2.2 Pressupostos para o surgimento de uma pessoa jurídica	371
3. Natureza jurídica	374

3.1 Teoria da ficção.....	375
3.2 Teorias da realidade	376
4. Início da personalidade das pessoas jurídicas.....	378
4.1 Sistemas diversos para determinar o começo da existência legal das pessoas jurídicas	378
4.2 Sociedades de fato	380
4.3 Outros entes despersonalizados.....	383
5. Forma de atuação da pessoa jurídica.....	385
5.1 Teoria da representação	386
5.2 Teoria organicista	387
6. Responsabilidade da pessoa jurídica	390
6.1 Responsabilidade civil de natureza contratual	390
6.2 Responsabilidade civil de natureza extracontratual.....	391
6.3 Responsabilidade penal.....	394
6.4 Responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público ..	397
7. Classificação das pessoas jurídicas	403
7.1 Pessoas jurídicas de direito público externo e interno.....	404
7.2 Pessoas jurídicas de direito privado.....	405
7.2.1 Associações	407
7.2.2 Sociedades.....	411
7.2.3 Fundações	412
8. Desconsideração da personalidade jurídica.....	416
9. Extinção da pessoa jurídica.....	422
9.1 Dissolução convencional.....	423
9.2 Dissolução legal	423
9.3 Dissolução administrativa.....	424

Título III**DOS BENS 425****Capítulo doze****Do objeto do direito..... 427**

- | | |
|--|-----|
| 1. Os bens como objeto do direito..... | 427 |
| 1.1 Conceito de bens | 428 |
| 1.1.1 Bens jurídicos..... | 429 |
| 1.1.2 Bens corpóreos e incorpóreos..... | 429 |
| 1.1.3 As ações humanas como objeto de direito..... | 431 |
| 1.1.4 Os direitos como objeto de direito | 431 |
| 1.1.5 Objetos de direito sem sujeito | 432 |
| 1.1.6 Patrimônio | 433 |
| 2. Classificação dos bens..... | 437 |
| 2.1 Dos bens considerados em si mesmos | 438 |
| 2.1.1 Bens móveis e imóveis | 438 |
| 2.1.2 Bens fungíveis e infungíveis | 447 |
| 2.1.3 Bens consumíveis e inconsumíveis | 450 |
| 2.1.4 Bens divisíveis e indivisíveis | 452 |
| 2.1.5 Bens singulares e coletivos | 454 |
| 2.2 Dos bens reciprocamente considerados | 456 |
| 2.2.1 Bens principais e acessórios..... | 457 |
| 2.2.2 Os diversos tipos de bens acessórios..... | 461 |
| 2.2.2.1 Frutos..... | 461 |
| 2.2.2.2 Produtos..... | 463 |
| 2.2.2.3 Benfeitorias..... | 464 |
| 2.2.2.4 Pertenças..... | 467 |
| 2.3 Dos bens quanto ao titular do domínio | 471 |
| 2.3.1 Bens públicos | 471 |
| 2.3.1.1 Bens de uso comum do povo | 472 |
| 2.3.1.2 Bens de uso especial..... | 474 |
| 2.3.1.3 Bens dominicais..... | 474 |

2.3.1.4 Características dos bens públicos	475
2.3.2 Bens particulares	477
OBSERVAÇÃO:	478

Título IV

DOS FATOS JURÍDICOS 479

Capítulo treze

Dos fatos jurídicos “*lato sensu*” 481

1. Relação jurídica	481
2. Conceito de fato	483
3. Processo de juridicização dos fatos	484
4. Conceito de fato jurídico	486
5. Planos do mundo jurídico	487
5.1 Plano da existência	489
5.2 Plano da validade.....	490
5.3 Plano da eficácia	491
6. Efeitos dos fatos jurídicos.....	491
6.1 Aquisição dos direitos.....	492
6.1.1 Aquisição originária e derivada	493
6.1.2 Aquisição a título oneroso e gratuito.....	495
6.1.3 Aquisição a título singular e universal.....	496
6.2 Modificação dos direitos.....	497
6.3 Extinção dos direitos	498
7. Estado de aquisição dos direitos.....	500
7.1 Direito atual ou adquirido	501
7.2 Direito futuro	502
7.3 Expectativa de direito	504
7.4 Direito a termo.....	505

8. Classificação dos fatos jurídicos “ <i>lato sensu</i> ”	506
8.1 Fato jurídico “ <i>stricto sensu</i> ”	507
8.1.1 Conceito	508
8.1.2 Fatos ordinários e extraordinários	510
8.1.3 O decurso do tempo.....	512
8.2 Ato-fato jurídico.....	513
8.2.1 Conceito	513
8.2.2 Atos reais	515
8.2.3 Responsabilidade sem culpa.....	516
8.2.4 Caducidade sem culpa.....	519
8.3 Ato jurídico “ <i>lato sensu</i> ”	519
8.3.1 Ato jurídico “ <i>stricto sensu</i> ”	522
8.3.1.1 Conceito	522
8.3.1.2 Espécies	523
8.3.1.3 Distinção com o negócio jurídico	525
8.3.2 Negócio jurídico.....	527

Capítulo quatorze

Da introdução à teoria do negócio jurídico	529
1. Conceito.....	529
2. Os planos da existência, da validade e da eficácia	533
2.1 Plano da existência – elementos constitutivos do negócio jurídico	534
2.2 A vontade	535
2.2.1 Autonomia da vontade e autonomia privada.....	537
2.2.2 Declaração da vontade	540
2.2.2.1 Vontade declarada e vontade real	541
2.2.2.2 Declaração receptícia e não receptícia	545
2.2.2.3 O silêncio.....	547
2.2.2.4 Reserva mental.....	549
2.3 O objeto	551
2.4 A forma	552

Capítulo quinze

Da classificação dos negócios jurídicos	555
1. Quanto ao número de partes	556
1.1 Negócios unilaterais.....	556
1.2 Negócios bilaterais.....	557
1.3 Negócios plurilaterais	558
2. Quanto aos efeitos patrimoniais	559
2.1 Negócios onerosos comutativos e aleatórios	559
2.2 Negócios gratuitos	560
2.3 Negócios bifrontes.....	561
2.4 Negócios neutros	561
3. Quanto à causa da atribuição patrimonial	562
3.1 Negócios causais	563
3.2 Negócios abstratos.....	563
4. Quanto a sua relação com outro negócio.....	565
4.1 Negócio principal	565
4.2 Negócio acessório	565
5. Quanto à forma.....	566
5.1 Negócios não solenes ou informais.....	567
5.2 Negócios solenes ou formais.....	567

Capítulo dezesseis

Dos elementos essenciais dos negócios jurídicos	569
1. Pressupostos de validade do negócio jurídico	569
1.1 Pressupostos subjetivos	570
1.1.1 Capacidade do agente	570
1.1.2 Legitimação	572
1.1.3 Declaração de vontade não contaminada por vícios..	573
1.2 Pressupostos objetivos	574
1.2.1 Objeto lícito.....	574

1.2.2 Objeto possível.....	575
1.2.3 Objeto determinado ou determinável	576
1.3 Pressupostos formais.....	577
1.3.1 Forma prescrita ou não proibida	577
1.3.2 Forma <i>ad solemnitatem e forma ad probationem</i>	580
Capítulo dezessete	
Da representação	581
1. Conceito.....	581
2. Elementos da representação	586
2.1 Duas pessoas.....	587
2.2 Vínculo entre representante e representado	588
2.3 Poder de representação e seu limite	588
2.4 Consequência da atuação além dos poderes de representação	590
3. Espécies de representação.....	592
3.1 Representação convencional	592
3.2 Representação legal	593
4. Contrato consigo mesmo.....	594
Capítulo dezoito	
Dos elementos acidentais do negócio jurídico	597
1. Plano da eficácia.....	598
2. Condição	600
2.1 Conceito.....	600
2.2 Elementos da condição.....	601
2.3 Negócios jurídicos que não comportam condição	604
2.4 Condições defesas, ilícitas e impossíveis: efeitos sobre o negócio jurídico	605

2.5 Espécies de condição	607
2.5.1 Condições casuais	607
2.5.2 Condições potestativas	607
2.5.3 Condição suspensiva	609
2.5.4 Condição resolutiva	612
2.6 Pendência, implemento e frustração da condição	613
3. Termo	615
3.1 Conceito	616
3.2 Elementos do termo	618
3.3 Espécies de termos	619
3.4 Efeitos do termo	622
3.5 Prazo	624
4. Encargo	626
4.1 Conceito	626
4.2 Consequências do descumprimento do encargo	629
5. Pressuposição.....	629

Capítulo dezenove

Dos defeitos do negócio jurídico..... 633

1. Introdução	633
1.1 Princípio da conservação dos negócios jurídicos	636
2. Erro	638
2.1 Conceito	640
2.2 Erro substancial	643
2.3 Erro escusável	643
2.4 Erro recognoscível	646
2.5 Espécies de erro	648
2.5.1 Erro quanto à natureza do negócio	649
2.5.2 Erro quanto ao objeto principal da declaração	649
2.5.3 Erro quanto à qualidade essencial do objeto	650

2.5.4 Erro quanto à pessoa	651
2.5.5 Erro quanto aos motivos	653
2.5.6 Erro de direito	654
3. Dolo	656
3.1 Conceito	657
3.2 Consequências do dolo	658
3.3 Espécies de dolo	659
3.3.1 Dolo principal e dolo acidental	659
3.3.2 Dolo comissivo e dolo omissivo	660
3.3.3 Dolo de terceiro	662
3.3.4 Dolo do representante	664
3.3.5 Dolo de ambas as partes	666
4. Coação	668
4.1 <i>Vis absoluta</i> e <i>vis compulsiva</i>	668
4.2 Conceito	670
4.3 Requisitos da coação	671
4.4 Coação de terceiro	676
5. Estado de perigo	679
5.1 Conceito	679
5.2 Elementos para caracterização do estado de perigo	680
5.3 Distinção com figuras assemelhadas	682
6. Lesão	683
6.1 Histórico	684
6.2 Conceito	687
6.3 Elementos e características da lesão	688
7. Fraude contra credores	694
7.1 Conceito	695
7.2 Requisitos para sua configuração em negócios gratuitos	696
7.3 Requisitos para sua configuração em negócios onerosos.....	700
7.4 Hipóteses de atos fraudatórios	702

7.4.1 Pagamento antecipado de dívidas	702
7.4.2 Concessão de garantias reais	704
7.5 Ação Pauliana.....	704
7.5.1 Natureza	705
7.5.2 Legitimidade ativa	707
7.5.3 Legitimidade passiva	708
7.6 Atos de disposição necessários à subsistência e à manutenção da atividade	709

Capítulo vinte

Da invalidade do negócio jurídico..... 711

1. Introdução	711
2. Teoria da inexistência	715
3. Nulidade e anulabilidade	717
3.1 Conceito	718
3.2 Distinção entre nulidade e anulabilidade	719
4. Hipóteses de nulidade	725
5. Simulação	732
5.1 Conceito	732
5.2 Espécies de simulação.....	734
5.3 Hipóteses de simulação	735
5.4 Simulação inocente	737
6. Hipóteses de anulabilidade.....	738
7. Conversão do negócio jurídico	740

Capítulo vinte e um 743

Dos negócios jurídicos e sua prova..... 743

1. Conceito	743
2. Meios de prova	745

2.1 Confissão	745
2.2 Documental	748
2.3 Testemunhal	754
2.4 Presunção	759
2.5 Pericial	760
2.6 Outros meios de prova	763
3. Prova ilícita	763
4. Valoração da prova.....	767

Capítulo vinte e dois

Dos atos ilícitos	769
1. Conceito	769
2. Ilicitude civil e ilicitude penal	779
3. Ilicitude e responsabilidade civil.....	780
3.1 Responsabilidade contratual e extracontratual.....	780
3.2 Responsabilidade subjetiva e responsabilidade objetiva	782
4. Excludentes da ilicitude	786
4.1 Legítima defesa	786
4.2 Exercício regular de um direito	787
4.2.1 Abuso de direito	788
4.3 Estado de necessidade	790

Capítulo vinte e três

Da prescrição e da decadência	793
1. Introdução	793
2. Prescrição	795
2.1 Conceito	795
2.2 Fundamento	799
2.3 Natureza jurídica	801

2.4 Hipóteses de pretensões imprescritíveis	804
2.5 Dinâmica da prescrição	805
2.5.1 Surgimento de uma pretensão exercitável	805
2.5.2 Decurso do prazo previsto em lei	806
2.5.3 Ausência de causas impeditivas, suspensivas ou interruptivas	806
2.6 Prazos prescricionais	815
3. Decadência	820
3.1 Conceito	821
3.2 Decadência legal e convencional	822
3.3 Distinções entre prescrição e decadência	824
3.4 Prazos decadenciais	826
4. Prescrição, decadência e institutos afins.....	826
Referências	829